O novo constitucionalismo latino-americano e a política da libertação: pluralismo jurídico e plurinacionalidade a construção de um pensamento constitucional autêntico

As experiências constitucionais recentes apresentam uma comum busca pela expressão de grupos historicamente negados, tanto no aspecto cultural quanto político. Neste esforço firmam juridicamente a produção de novos conceitos e instituições, bem como, a reorganização das estruturas tradicionais dos poderes, do funcionamento dos tribunais e do controle da administração pública. Tais mudanças tem como postulado, a ruptura com estruturas políticas e econômicas que sustentam a exclusão e a exploração em prol de elites regionais servis as forças internacionais, que ainda colonizam a América Latina. Tal realidade de dominação e exclusão funcionam junto de cartas constitucionais que atuam, em geral, como uma promessa de futuro igualitário que encobre um presente de opressão. Diante disto, a reconstrução do constitucionalismo latino-americano necessita fundar-se nas lutas políticas por libertação, que historicamente tem-se desencadeado, mas também no pensamento latino-americano que expressa no âmbito teórico esta luta. No esforço de fundamentação, em busca de um constitucionalismo latino-americano autêntico, a proposta de Enrique Dussel representa uma possibilidade que dá conta das pretensões de autenticidade e de apropriação popular do poder. Tanto na Filosofia como na ética e na política da libertação, está presente a denúncia da realidade de exclusão e negação do modo de ser latino-americano, bem como, sinaliza um horizonte de luta pela superação desta realidade. Mudanças que serão fruto da afirmação da alteridade latino-americana. Especificamente na política da libertação encontra-se uma riqueza de elementos que permitem fundamentar as práticas constitucionais, a partir de apropriação da *potestas* (poder institucional) pela *potentia* (poder popular). De tal apropriação surge o poder obediencial, no qual quem exerce funções políticas em cargos públicos, o faz sem submeter as instituições aos seus interesses privados. Evitando-se assim a fetichização do poder, que se caracteriza pela construção de relações políticas pautadas pelo subordinação da sociedade a quem detém o poder, que faz uso dele indiferente aos anseios da sociedade. Nesta linha, Dussel vê um papel importante para a Constituição e para o direito, a subsunção de princípios éticos ação política. Desta forma, apresenta-se a possibilidade de construir um novo pensar constitucional a partir da libertação.